

PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA À PEC Nº 301, DE 2013
(Do Sr. Antonio Brito e outros)

Acrescenta a alínea “e”, e o § 8º, ao inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios sobre os medicamentos de uso humano e produtos para a saúde sujeitos ao regime de vigilância sanitária bem como os insumos utilizados em sua produção e comercialização.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “e” e do § 8º:

“Art. 150.

.....
.....
.....
VI –
.....

e) sobre medicamentos de uso humano e produtos para a saúde sujeitos ao regime de vigilância sanitária, bem como sobre insumos e serviços utilizados na produção, exportação e comercialização desses bens, desde que produzidos no Brasil ou sem similar nacional.

§ 8º - A vedação do inciso VI, “e”, não se aplica ao imposto previsto no art. 153, III.

.....”
(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação

JUSTIFICATIVA

A Proposta de Emenda à Constituição 301/2013, apensada à PEC 491/2010, tem por objetivo *“vedar a instituição de impostos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios sobre os medicamentos de uso humano e os insumos utilizados em sua produção e comercialização”*, ou seja, a desoneração dos medicamentos.

Levando-se em conta que a carga tributária imposta ao povo brasileiro é seguramente uma das mais elevadas do mundo, somente comparada aos países de 1º mundo, verificando-se ainda uma distorção maior nos tributos imputados aos medicamentos e produtos hospitalares, faz com que essa seja uma das propostas mais louváveis para os brasileiros, notadamente devido ao rápido envelhecimento da nossa população, contudo acreditamos ser necessário o emendamento desta Proposta visando a sua ampliação para os produtos bem como sobre insumos e serviços utilizados na produção, exportação e comercialização desses bens.

Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), na década de 80, obtivemos um significativo avanço no entendimento das questões de saúde do nosso povo. O direito à saúde, direito de todos e dever do Estado, passou a ser entendido de forma ampla, requerendo, por isso, tratamento integrado e multissetorial. Deste modo, cabe ao Estado a garantia das condições socioeconômicas para a efetivação deste direito fundamental, tanto pelo amparo e garantia de acesso ao SUS pelo cidadão, quanto pelo tratamento adequado ao setor produtivo nacional.

Nos anos 90, a política econômica para o campo da indústria da saúde estimulou as importações, com a perspectiva de aumentar a oferta de produtos para a saúde, de ampliar a concorrência entre os fabricantes e, com isso, de diminuir os custos do SUS.

Entretanto, a abertura deste mercado sem a garantia de uma política industrial adequada, teve por efeito a desestabilização da indústria brasileira e ameaçando a sustentabilidade do SUS pela combinação de duas fragilidades principais: a dependência do câmbio (compras em dólares) e a dependência tecnológica, deixando o país refém da produção estrangeira e sujeitando a concretização do direito à saúde às oscilações do mercado internacional.

A partir dos anos 2000, o cenário para o desenvolvimento da indústria nacional de saúde se alterou com a criação do Complexo Industrial da

Saúde (CIS). O CIS, com forte apoio do Ministério da Saúde, MCTI e MDIC, traça diagnóstico preocupante do setor no Brasil: embora a cadeia produtiva da saúde seja de relevante importância para a formação da riqueza nacional (respondendo por cerca de 7,5% do PIB), é um setor com alta dependência de importações nos produtos de maior densidade de conhecimento e tecnologia.

Em função desse diagnóstico, a Política Industrial do Governo Federal passa a ter como metas: a redução do déficit comercial e o desenvolvimento de tecnologia para produção local de 20 produtos estratégicos para a Saúde.

O Governo adotou ainda uma série de outras medidas visando o desenvolvimento da indústria da Saúde como prioridade das políticas nacionais de desenvolvimento produtivo, sabedor que este é um setor com alto impacto social e econômico e tecnológico.

Apesar de todo o esforço do governo para garantir o desenvolvimento da indústria da Saúde, tem se mostrado insuficiente e limitado. Acreditamos que o principal motivo seja a alta carga tributária imposta a esses produtos, que encarece sobremaneira os seus custos, limitando a sua competitividade, tanto no mercado nacional, como no internacional, desestimulando ainda as indústrias multinacionais a vir implantarem suas fabricas aqui no Brasil.

Ante todo o exposto acima, é imperioso que a imunidade concedida aos medicamentos de uso humano, compreenda igualmente os produtos de saúde sujeitos ao regime de vigilância sanitária e seus insumos, sendo assim, contamos com o apoio de todos os nobres parlamentares para a aprovação dessa importante e justa Proposta.

Brasília, de de 2014.

Deputado Antonio Brito
(PTB-BA)